

**Ata da 34ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de
06/12/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos
Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar**

Membros Participantes:

1. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Leíza M. Dubugras - Casa Civil
3. Marcos Otávio Bezerra Prates - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
4. Laura Porto - Ministério de Minas e Energia
5. Guido Gelli - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6. Lindemberg Bezerra - Ministério da Fazenda
7. Magda Aparecida - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8. Marta M. Marques Magalhães - Ministério dos Transportes
9. Gerson Clóvis Maly - Ministério do Transportes
10. Nadja Limeira Araújo - Ministério das Cidades

Outros Participantes:

1. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Haroldo Machado - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Danielle Magalhães - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
5. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
6. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
7. Felipe Palmeira Bardela - Ministério da Fazenda
8. Alexandre Peixoto - Ministério de Minas e Energia
9. Cleuza Gomes - Ministério das Cidades

O Dr. Newton Paciornik, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, saudou os presentes e informou que em função de compromissos inadiáveis, o Ministro Sérgio Rezende e o Secretário Executivo da Comissão Dr. José Domingos Gonzalez Miguez não poderiam comparecer, tendo sido solicitado que ele conduzisse os trabalhos.

Inicialmente, informou que usualmente é feito um relato dos acontecimentos mais relevantes da Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima na reunião subsequente da CIMGC. Como o representante do Ministério das Relações Exteriores não pôde comparecer à reunião, sugeriu que o relato sobre a COP12/COPMOP 2 realizada em Nairobi, Quênia, fosse feito durante a 35ª reunião.

O Dr. Haroldo Machado Filho adiantou que uma informação relevante para os trabalhos da Comissão é que ficou acordado na COPMOP2 que os projetos com direito a créditos retroativos tiveram o prazo final para registro no Conselho Executivo do MDL dilatado até 31 de março de 2007.

1. Aprovação da Ata da 33ª reunião da Comissão Interministerial.

O Dr. Newton indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem no texto da Ata da 33ª reunião da CIMGC.

Não havendo considerações, a Ata da 33ª reunião foi aprovada.

2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial, em fase de revisão

2.1 Requerendo Créditos Retroativos

O Dr. Newton informou que iniciaria a análise dos projetos MDL por aqueles em revisão com direito a créditos retroativos, cujo prazo para registro é até 31 de março de 2007.

Informou, também, que os dois projetos a seguir **não** haviam encaminhado resposta ao ofício da CIMGC até o dia 30 de novembro de 2006.

- 64 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini**
- 97 - **Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural**

2.2 Demais projetos em revisão

Os projetos a seguir **não** haviam encaminhado resposta ao ofício da CIMGC até o dia 30 de novembro de 2006.

- 110 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa**
- 117 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Giasa II**
- 118 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros**
- 119 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Ruelle**
- 120 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Maracá**

Informou que os projetos a seguir haviam enviado resposta aos ofícios apenas após o dia 29 de novembro de 2006, não tendo havido tempo hábil para análise e distribuição da documentação aos membros da CIMGC. Assim, **não** foram analisados durante a 34ª reunião.

- 107 - **Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Camil Camaquã**
- 108 - **Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa - CAAL**
- 121 - **Projeto de Cogeração a Biomassa Josapar Itaquí**
- 122 - **Projeto de Geração de Eletricidade a Biomassa Josapar Pelotas**

➤ **126 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Urbano SINOP**

O Dr. Newton convidou o Sr. Gustavo Mozzer para apresentar o posicionamento do MCT acerca dos demais projetos em revisão.

➤ **109 - Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que este projeto utiliza a metodologia de linha de base AM0011, e pressupõe que a totalidade dos gases de efeito estufa produzidos seria emitida para a atmosfera no cenário de referência.

Observou que não estava claro se o projeto possuía Licenciamento Ambiental para a Atividade de Projeto e que seria necessária a comprovação de que a totalidade dos gases de efeito estufa produzidos seria emitida para a atmosfera no cenário de referência.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar o Licenciamento Ambiental da Atividade de Projeto (queima do gás de aterro) ou esclarecer e documentar os procedimentos que estão sendo tomados com o objetivo de licenciar esta atividade, incluindo cópia de todos os documentos.
2. Justificar a adequação da linha de base adotada onde a totalidade dos gases de efeito estufa produzidos no aterro seria emitida para a atmosfera no cenário de referência. Usualmente são requeridas de atividades de aterros sanitários a coleta e a destruição de parte do metano produzido visando a redução de odores e risco de explosões. Para fundamentar a afirmação da linha de base, apresentar cópia do projeto de drenagem dos gases do aterro e de todos os planos de monitoramento de gases encaminhados à CETESB além de todas as licenças ambientais, prévias e de instalação, incluindo suas condicionantes a fim de subsidiar uma análise sobre a linha de base do projeto.

➤ **127 - Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que este projeto envolve a instalação de uma planta de cogeração usando biomassa para a produção de vapor e eletricidade.

Observou que havia problemas de versões e datas no DCP/PDD, necessidade de comprovação da origem da biomassa e da apresentação do Relatório de Validação final sem Solicitações de Ações Corretivas em aberto.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar o PDD/DCP que foi modificado com nova versão e data. Não se pode aceitar documentos diferentes com a mesma versão e data.
2. Comprovar que a origem da biomassa utilizada no empreendimento é renovável, por meio do envio de informações que atendam à Instrução Normativa nº 01 de 1996 do Ministério do Meio Ambiente.
3. Reapresentar o Relatório de Validação Final sem nenhuma Solicitação de Ação Corretiva em aberto. A SAC 1 permanece aberta e segundo explicação encaminhada à CIMGC (resposta à exigência 02 do Ofício nº MDL 158/2006/CIMGC) a solução da mesma depende de decisão do EB. Esse fato caracteriza que o processo de Validação ainda não foi finalizado e adicionalmente não cabe à CIMGC julgar a relevância das questões que estão pendentes no EB e se antecipar às suas decisões.

3. Novos projetos submetidos à CIMGC

➤ 128 - Projeto de Pequena Central Hidroelétrica de Alto Benedito Novo

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto envolve a instalação de uma pequena unidade de geração hidroelétrica localizada no Estado de Santa Catarina com capacidade instalada de 7.500 kW e utiliza a metodologia de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede”.

Destacou que na seção “Histórico das Revisões” deveria constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB.

Questionou também quais os procedimentos que estão sendo tomados com o intuito de obter a Licença de Operação da PCH Alto Benedito Novo I.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energia informou que a Resolução autorizativa da ANEEL estabelece que a atividade de projeto deverá entrar em operação até 1º de abril de 2007, entretanto no DCP/PDD constava que o projeto entrou em operação em 1º de agosto de 2005.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Pequena Central Hidroelétrica de Alto Benedito Novo, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Corrigir o conteúdo da Seção “Histórico das Revisões deste documento”. Nela devem constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB.
2. Informar quais os procedimentos que estão sendo tomados com o intuito de obter a Licença de Operação da PCH Alto Benedito Novo I.

➤ **131 - Projeto Pequena Central Hidrelétrica Spessatto, Santo Expedito e Barra do Leão**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto envolve a instalação de três pequenas unidades de geração hidroelétricas localizadas no Estado de Santa Catarina com capacidade instalada total de 8,15 MW e que utiliza a metodologia de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede”.

Destacou que na seção “Histórico das Revisões” deve constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB.

Pedi que fosse esclarecida a localização da usina já que as coordenadas apresentadas não correspondem a locais no Rio Leão.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A Dra. Laura Porto informou que o projeto não possui outorga da ANEEL, apenas uma licitação e aprovação do projeto básico.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Pequena Central Hidrelétrica Spessatto, Santo Expedito e Barra do Leão, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Corrigir o conteúdo da Seção “Histórico das Revisões deste documento”. Nela devem constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB.
2. Esclarecer a localização das usinas dando as coordenadas corretas já que as coordenadas apresentadas não correspondem a locais no Rio Leão.
3. Corrigir no PDD/DCP:
 - a. Na pg. 5 consta um trecho, com vários termos técnicos errados, reproduzido a seguir:
"A turbina Francis é um tipo de turbina de reator hidráulico, na qual o fluxo sai das pás da turbina na direção radial. As turbinas Francis são comuns na geração

de energia e são utilizadas em aplicações onde há disponibilidade de altas vazões a uma altura manométrica média. A água entra na turbina através de uma carcaça com voluta, e é direcionada para as pás através de comportas de retenção. Então, a água com baixo momento deixa a turbina através de um tubo de retirada."

Sugestão de texto para substituição:

A turbina Francis é um tipo de turbina de reação hidráulica, na qual o fluxo sai das pás da turbina na direção radial. As turbinas Francis são comuns na geração de energia e são utilizadas em aplicações onde há disponibilidade de altas vazões a uma altura manométrica média. A água entra na turbina através de uma caixa em espiral, e é direcionada para as pás através de palhetas diretrizes. Então, a água com baixo momento deixa a turbina através uma tubulação chamada de tubo de sucção.

- b. Corrigir o nome da EPE ao longo do documento. O correto é "Empresa de Pesquisa Energética" e não "Empresa de Planejamento Energético".

➤ **132 – Projeto de Troca de Combustíveis da Rima em Bocaiúva, MG**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto envolve substituição do óleo combustível em um forno de calcinação por "finos" de madeira, um sub-produto da processamento do carvão vegetal utilizado em indústrias do setor de aço e ferro-ligas e utiliza a metodologia de pequena escala do tipo I.C "Energia Térmica para o Consumidor".

Destacou que na seção "Histórico das Revisões" deveria constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB. Ressaltou que a origem da biomassa utilizada no projeto não foi devidamente comprovada.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Troca de Combustíveis da Rima em Bocaiúva, MG, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Corrigir o conteúdo da Seção "Histórico das Revisões deste documento". Nela devem constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB
2. Comprovar, por meio do envio de informações que atendam à Instrução Normativa nº 01 de 1996 do Ministério do Meio Ambiente, que a origem da biomassa utilizada no empreendimento é renovável, tanto a originária das propriedades da empresa Rima quanto à fração comprada de outros fornecedores.

➤ 133 – Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto consiste da operação de uma usina de biomassa com uma potência de 12,3 MW em São Borja. A usina utilizará aproximadamente 115.000 toneladas por ano de cascas de arroz, subproduto de indústrias da região.

Utiliza as metodologias de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede” e III.E “Produção evitada de metano provindo de degradação de biomassa através de combustão controlada”.

Foram levantados questionamentos quanto à versão das metodologias utilizadas, quanto à necessidade de demonstrar a disponibilidade de biomassa para a atividade de projeto, confirmação da localização do projeto(coordenadas geográficas) entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto destacou que este projeto não está regular junto à ANEEL.

O Dr. **Adriano**, representando o Ministério do Meio Ambiente, ressaltou que algumas informações sobre a origem da biomassa são conflitantes. Destacou que não foi apresentada a Licença de Operação para a atividade de projeto

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Indicar no Item B.1 a correta versão de cada uma das metodologias usadas: AMS-I.D, AMS-III.E e AMS-III.G, esta referenciada em outro ponto do DCP, em sua última versão, a de número 3, de 28 de julho de 2006. A versão da metodologia AMS-I.D correta é a de número 9, não podendo ser usada anterior.
- ✓ Demonstrar que as cascas de arroz previstas, no Anexo 5, para virem da empresa Josapar (42.000 t/ano) não são as mesmas já empenhadas no projeto MDL “Projeto de Co-geração a Biomassa JOSAPAR Itaqui”, que pretende consumir todas as suas 31.878 toneladas/ano.
- ✓ Confirmar a localização por coordenadas do projeto, no Item A.4.1.3.
- ✓ Apresentar as planilhas de cálculo dos fatores de emissão da linha de base.
- ✓ Apresentar de forma clara os dados de energia gerada e exportada para a rede, indicando se os cálculos foram feitos sobre a potência bruta ou sobre a potência líquida, descontando-se o consumo interno.
- ✓ Indicar de forma clara os fornecedores dos resíduos de casca de arroz. No PDD/DCP pg. 6 afirma-se que o combustível para a usina será fornecido por aterros sanitários receptores de casca de arroz. Já no item A.4.3, afirma-se que: “a atividade de projeto contribui para a mitigação dos impactos

ambientais locais, já que é combatido o problema do aterramento aberto e não controlado de casca de arroz”. Se os locais de destinação da casca de arroz são aterros sanitários, a afirmação de que o aterramento é não controlado conduz a uma contradição que precisa ser esclarecida.

- ✓ Correções editoriais:
 - ✓ Corrigir nome da cidade para São Borja, item A.4.1.3.
 - ✓ Preencher corretamente o Anexo 1.
 - ✓ Rever toda a tradução para o português, para evitar, por exemplo, erros do tipo:
 - notação decimal das tabelas do DCP em inglês.
 - região Sudoeste em vez de Sudeste, no item A.2.
 - erros de português, como São “Borga”, “estandarte” ambiental, “desperdiço”, impactos ambientais “trans-fronteiriçosalizas”, carta de 3 “fólias”, o plano de monitoramento “tem sido” elaborado, etc.

2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:

- ✓ Referenciar corretamente a versão das metodologias utilizadas, de acordo com o DCP/PDD. Deve-se confirmar que a versão da metodologia AMS-I.D usada no DCP/PDD é a de número 9.
- ✓ Referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.

3. Reapresentação do Anexo III esclarecendo algumas afirmações sem sentido, como as citadas abaixo:

- ✓ “Como a atividade do projeto utiliza sistemas de combustão (turbinas e dispositivos de eficiência) da Alemanha, imagina-se que serão obtidas caldeiras, grades de combustão e geradores de vapor de fabricantes locais.”
- ✓ “Deve-se observar que este projeto somente será possível se puder ser registrado com sucesso como uma atividade de projeto CDM e AMS III-E de 3 de março de 2006”.

4. Apresentar declaração da TÜV-SÜD de que é credenciada junto ao EB/CDM e de que é capaz de verificar o cumprimento dos requerimentos da legislação brasileira.

5. Apresentar as licenças ambientais que a Entidade Operacional afirma, em seu Relatório de Validação, ter recebido, mas que não foram submetidas à Comissão. Segundo o DCP, os planejadores do projeto iniciaram a obtenção das licenças necessárias junto à agência ambiental do estado do Rio Grande do Sul. Informa-se ainda que os documentos de aplicação para a Licença Prévia foram submetidos no

início de maio de 2006 e que os passos subsequentes seriam iniciados o mais breve possível.

6. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, com as assinaturas também da São Borja Energética S/A. As assinaturas devem vir acompanhadas de documentos que comprovem a legitimidade para tal ato, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão, em vigor desde o dia 19/05/2006. A Hamburgo Energia Participações Ltda. e a Energiegesellschaft Palmaille mbH (ENERPAL) (Alemanha) também não apresentaram tais documentos para legitimar suas declarações.
7. Apresentar documento de outorga da ANEEL para a efetiva operação do empreendimento. Faz-se necessário sua apresentação para atestar que há conformidade junto ao agente regulador do setor.

➤ **134 - Projeto de usina de biomassa São Sepé – Rio Grande do Sul, Brasil**

O Sr. Gustavo Mozzer ressaltou que as considerações acerca deste projeto são similares às feitas para o projeto n° 133 (Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil). Esclareceu que o projeto consiste da operação de uma usina de biomassa com uma potência de 12,3 MW em São Borja. A usina utilizará aproximadamente 115.000 toneladas por ano de cascas de arroz, subproduto de indústrias da região.

Utiliza as metodologia de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede” e III.E “Produção evitada de metano provindo de degradação de biomassa através de combustão controlada”.

Foram levantados questionamentos quanto à versão das metodologias utilizadas, quanto à necessidade de demonstrar a disponibilidade de biomassa para a atividade de projeto, confirmação da localização da atividade de projeto (coordenadas geográficas) entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto destacou que este projeto não está regular junto à ANEEL.

O Dr. Adriano, representando o Ministério do Meio Ambiente, ressaltou que algumas informações sobre a origem da biomassa são conflitantes. Destacou que não foi apresentada a Licença de Operação para a atividade de projeto

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de usina de biomassa São Sepé – Rio Grande do Sul, Brasil, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Indicar no Item B.1 a correta versão de cada uma das metodologias usadas: AMS-I.D, AMS-III.E e AMS-III.G, esta referenciada em outro ponto do DCP, em sua última versão, a de número 3, de 28 de julho de 2006. A versão da metodologia AMS-I.D correta é a de número 9, não podendo ser usada anterior.
 - ✓ Apresentar as planilhas com o cálculo do fator de emissão ligado ao deslocamento de energia da rede.
 - ✓ Indicar de forma clara os fornecedores dos resíduos de casca de arroz. No PDD/DCP afirma-se que o combustível para a usina será fornecido por aterros sanitários receptores de casca de arroz. Já no item A.4.3, afirma-se que: “a atividade de projeto contribui para a mitigação dos impactos ambientais locais, já que é combatido o problema do aterramento aberto e não controlado de casca de arroz”. Se os locais de destinação da casca de arroz são aterros sanitários, a afirmação de que o aterramento é não controlado conduz a uma contradição que precisa ser esclarecida.
 - ✓ Correções editoriais:
 - a. Preencher corretamente o Anexo 1.
 - b. Apresentar os dados da energia gerada e exportada à rede, para o cálculo da redução das emissões referente à energia deslocada.
 - c. Rever toda a tradução para o português, para evitar, por exemplo, erros do tipo:
 - i. notação decimal das tabelas do DCP em inglês.
 - ii. região Sudoeste em vez de Sudeste, no item A.2 e em outros.
 - iii. erros de português, como “estandarte” ambiental, etc.
2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
- ✓ Referenciar corretamente a versão das metodologias utilizadas, de acordo com o DCP/PDD. Deve-se confirmar que a versão da metodologia AMS-I.D usada no DCP/PDD é a de número 9.
 - ✓ Referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.
3. Reapresentação do Anexo III esclarecendo ou corrigindo as afirmações que não fazem sentido, como as listadas abaixo:
- ✓ “Como a atividade do projeto utiliza sistemas de combustão (turbinas e dispositivos de eficiência) da Alemanha, imagina-se que serão obtidas caldeiras, grades de combustão e geradores de vapor de fabricantes locais.”
 - ✓ “Deve-se observar que este projeto somente será possível se puder ser registrado com sucesso como uma atividade de projeto CDM e AMS III-E de 3 de março de 2006”.

4. Apresentar declaração da TÜV-SÜD de que é credenciada junto ao EB/CDM e de que é capaz de verificar o cumprimento dos requerimentos da legislação brasileira.
5. Apresentar as licenças ambientais que a Entidade Operacional afirma, em seu Relatório de Validação, ter recebido, mas que não foram submetidas à Comissão. Segundo o DCP, os planejadores do projeto iniciaram a obtenção das licenças necessárias junto à agência ambiental do estado do Rio Grande do Sul. Informa-se ainda que os documentos de aplicação para a Licença Prévia foram submetidos no início de maio de 2006; e que os passos subsequentes seriam iniciados o mais breve possível.
6. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, com as assinaturas também da São Sepé Energética S/A. As assinaturas devem vir acompanhadas de documentos que comprovem a legitimidade para tal ato, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão, em vigor desde o dia 19/05/2006. A Hamburgo Energia Participações Ltda. e a Energiegesellschaft Palmaille mbH (ENERPAL) (Alemanha) também não apresentaram tais documentos para legitimar suas declarações.
7. Anexar as cartas para o Órgão Estadual de Meio Ambiente, o Fórum Brasileiro de ONGs e a Associação Comunitária.
8. Apresentar documento de outorga da ANEEL para a efetiva operação do empreendimento. Faz-se necessário sua apresentação para atestar que há conformidade junto ao agente regulador do setor PARECER MME AUTORIZAÇÃO ANEEL.
9. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

➤ **135 – Projeto de usina de biomassa Dom Pedrito – Rio Grande do Sul, Brasil**

O Sr. Gustavo Mozzer ressaltou que as considerações acerca deste projeto são similares às feitas para o projeto n° 133 (Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil). Esclareceu que o projeto consiste da operação de uma usina de biomassa com uma potência de 12,3 MW em São Borja. A usina utilizará aproximadamente 115.000 toneladas por ano de cascas de arroz, subproduto de indústrias da região.

Utiliza as metodologia de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede” e III.E “Produção evitada de metano provindo de degradação de biomassa através de combustão controlada”.

Foram levantados questionamentos quanto à versão das metodologias utilizadas, quanto à necessidade de demonstrar a disponibilidade de biomassa para a atividade de projeto, confirmar a localização da atividade de projeto (coordenadas geográficas) entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto destacou que este projeto não está regular junto à ANEEL.

O Dr. Adriano, representando o Ministério do Meio Ambiente, ressaltou que algumas informações sobre a origem da biomassa são conflitantes. Destacou que não foi apresentada a Licença de Operação para a atividade de projeto

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de usina de biomassa Dom Pedrito – Rio Grande do Sul, Brasil, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Indicar no Item B.1 a correta versão de cada uma das metodologias usadas: AMS-I.D, AMS-III.E e AMS-III.G, esta referenciada em outro ponto do DCP, em sua última versão, a de número 3, de 28 de julho de 2006. A versão da metodologia AMS-I.D correta é a de número 9, não podendo ser usada anterior.
- ✓ Explicar a diferença nas reduções do projeto do primeiro ano para os demais.
- ✓ Apresentar as planilhas com o cálculo do fator de emissão ligado ao deslocamento de energia da rede.
- ✓ Indicar de forma clara os fornecedores dos resíduos de casca de arroz. No PDD/DCP afirma-se que o combustível para a usina será fornecido por aterros sanitários receptores de casca de arroz. Já no item A.4.3, afirma-se que: “a atividade de projeto contribui para a mitigação dos impactos ambientais locais, já que é combatido o problema do aterramento aberto e não controlado de casca de arroz”. Se os locais de destinação da casca de arroz são aterros sanitários, a afirmação de que o aterramento é não controlado conduz a uma contradição que precisa ser esclarecida.
- ✓ Correções editoriais:
 - a. Preencher corretamente o Anexo 1.
 - b. Rever toda a tradução para o português, para evitar, por exemplo, erros do tipo:
 - i. notação decimal das tabelas do DCP em inglês.
 - ii. região Sudoeste em vez de Sudeste, no item A.2.
 - iii. erros de português, como “estandarte” ambiental, etc.

2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:

- ✓ Referenciar corretamente a versão das metodologias utilizadas, de acordo com o DCP/PDD. Deve-se confirmar que a versão da metodologia AMS-I.D usada no DCP/PDD é a de número 9.
 - ✓ Referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.
3. Reapresentação do Anexo III esclarecendo as afirmações abaixo:
 - ✓ “Como a atividade do projeto utiliza sistemas de combustão (turbinas e dispositivos de eficiência) da Alemanha, imagina-se que serão obtidas caldeiras, grades de combustão e geradores de vapor de fabricantes locais.”
 - ✓ “Deve-se observar que este projeto somente será possível se puder ser registrado com sucesso como uma atividade de projeto CDM e AMS III-E de 3 de março de 2006”.
 4. Apresentar declaração da TÜV-SÜD de que é credenciada junto ao EB/CDM e de que é capaz de verificar o cumprimento dos requerimentos da legislação brasileira.
 5. Apresentar as licenças ambientais que a Entidade Operacional afirma, em seu Relatório de Validação, ter recebido, mas que não foram submetidas à Comissão. Segundo o DCP, os planejadores do projeto iniciaram a obtenção das licenças necessárias junto à agência ambiental do estado do Rio Grande do Sul. Informa-se ainda que os documentos de aplicação para a Licença Prévia foram submetidos no início de maio de 2006 e que os passos subsequentes seriam iniciados o mais breve possível.
 6. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, com as assinaturas também da Dom Pedrito Energética S/A. As assinaturas devem vir acompanhadas de documentos que comprovem a legitimidade para tal ato, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão, em vigor desde o dia 19/05/2006. A Hamburgo Energia Participações Ltda. e a Energiegesellschaft Palmaille mbH (ENERPAL) (Alemanha) também não apresentaram tais documentos para legitimar suas declarações.
 7. Apresentar a carta sobre a atividade de projeto que foi enviada para o Órgão Estadual de Meio Ambiente.
 8. Apresentar documento de outorga da ANEEL para a efetiva operação do empreendimento. Faz-se necessário sua apresentação para atestar que há conformidade junto ao agente regulador do setor
 9. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

➤ 136 – **Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto consiste na instalação de duas pequenas unidades de geração hidroelétricas localizadas no Estado de Rondônia com capacidade instalada total de 3,9 MW e utiliza a metodologia de pequena escala I.D “Geração de Eletricidade Renovável para uma Rede”.

Destacou que não foram apresentadas planilhas contendo as análises financeiras do projeto e de reduções de emissões. Ressaltou que na seção “Histórico das Revisões” deve constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB, atestar o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto destacou que este projeto não está regular junto à ANEEL.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresenta os cálculos da reduções de emissões da atividade de projeto e de análises financeiras do projeto, conforme definido no Relatório de Validação na forma dos seguintes arquivos:
 - Planilha para cálculo da margem combinada para as redes isoladas Rondônia-Acre e Cone Sul, planilhas do Excel.
 - Planilha para cálculo da redução de emissão, planilhas do Excel.
2. Corrigir o conteúdo da Seção “Histórico das Revisões deste documento”. Nela devem constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB.
3. Apresentar conforme determinam as condicionantes da Licença de Operação a Título Precário nº 0002255/NUCOF/SEDAM comprovação do atendimento das seguintes questões:
 - Pendências levantadas no Parecer Técnico nº 481/NUMEF/SEDAM em 90 dias, este prazo espirou em outubro de 2006.
 - Apresentação de outorga do direito do uso da água em 90 dias, este prazo espirou em outubro de 2006.
 - Apresentar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, devidamente registrado no CREA/RO.
4. Esclarecer se a PCH Espigão possui licença ambiental de operação válida. Uma vez que foi apresentada apenas uma solicitação para obtenção de Licença Prévia datada de 13 de julho de 2004.

5. Apresentar autorizações de produção e comercialização de energia emitidas pela ANEEL para ambas as PCHs.
6. Apresentar autorização emitida pela ANEEL (Resolução nº 251, emitida em 27/07/2005) para operar como produtora de energia independente – PEI, uma vez que tal documento não foi entregue à CIMGC.
7. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

➤ **138 – Projeto de Gás de Aterro CDR Pedreira (PROGAEP)**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto consiste na captura e queima do biogás produzido em um aterro pertencente à ESTRE, localizado em São Paulo, e utiliza a metodologia ACM0001 – versão 4 “Consolidated baseline methodology for landfill gás project activities”.

Destacou que havia a necessidade de apresentação do licenciamento ambiental da atividade de projeto, alguns pontos deviam ser corrigidos no DCP/PDD e no Relatório de Validação, além da reapresentação da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Gás de Aterro CDR Pedreira (PROGAEP), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentar Licença Ambiental (ou pelo menos a sua solicitação junto à agência ambiental competente) para a atividade de projeto, ou seja, para a queima do gás de aterro.
2. Corrigir no DCP/PDD:
 - ✓ Corrigir o nome do projeto, de acordo com o Relatório de Validação.
 - ✓ Não foi citada, no Item B.1, a metodologia ACM0002 utilizada para calcular o fator de emissão ligado ao uso de energia da rede.
 - ✓ Há uma informação divergente entre o PDD e o DCP: a fórmula no Item E.5 é diferente nas duas versões.
 - ✓ Corrigir as fórmulas apresentadas no anexo 4 que não estão corretas.
3. Corrigir no Relatório de Validação a afirmação, no Item 3.8, de que a ESTRE respondeu aos questionamentos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo; na verdade foi a CDR Pedreira – Centro Disposição de Resíduos Ltda que os respondeu.

4. Reapresentar a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, com as assinaturas de ambos os proponentes do projeto, pois as apresentadas anteriormente continham diferentes conteúdos.
5. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

➤ **139 – Projeto Troca de óleo combustível por gordura animal na companhia de tecidos e fiação Santo Antônio**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto consiste na substituição em média de 80% do óleo combustível das quatro caldeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio por sebo animal e utiliza a Metodologia de pequena escala do tipo I.C “Energia Térmica para o Consumidor”.

Destacou que não foram apresentadas planilhas contendo as análises financeiras do projeto e de reduções de emissões. Ressaltou que na seção “Histórico das Revisões” deve constar as diferentes versões do DCP/PDD dessa atividade de projeto e não o histórico dos formulários do PDD aprovados pelo EB. Seria necessário apresentar licenças ambientais válidas e explicar por que o fator de emissão utilizado nos cálculos de reduções de emissões é diferente do calculado no DCP/PDD, entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto destacou que este projeto não está regular junto à ANEEL.

O Dr. Adriano, destacou que não foi apresentada a Licença de Operação para a atividade de projeto

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Troca de óleo combustível por gordura animal na companhia de tecidos e fiação Santo Antônio, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresenta os cálculos das reduções de emissões da atividade de projeto e de análises financeiras do projeto, conforme definido no Relatório de Validação na forma dos seguintes arquivos:
 - Planilha de cálculo do estudo da linha de base e das reduções de emissões (Excel)
 - Planilha de controle de consumo de combustível (Excel) (Setembro ,tanques 1, 2 e 3)
2. Esclarecer qual a versão do DCP/PDD, pois segundo a Seção A1 deste documento consta que sua versão é a de número 02 de 04 de outubro de 2006, entretanto na

Seção “Histórico das Revisões deste documento”, consta que a versão 02 havia sido datada em 08 de julho de 2005.

3. Explicar porque o fator de emissão utilizado nos cálculos de reduções de emissões da atividade de projeto foi diferente do calculado no DCP/PDD, vide seção E.1.2.4.
4. Corrigir incongruência quanto à utilização de combustível fóssil na linha de base do empreendimento. Consta na seção B.3. do DCP, versão em português, no item “Barreira devido à prática vigente” que a planta industrial operava anteriormente com GLP, e que esta operação se deu ao longo de muito tempo. Consta ainda no item “Políticas e circunstâncias nacionais relevantes para a linha de base” que não existem normas ou programas que limitem o uso futuro de GLP, assim, argumenta que não existem circunstâncias ou políticas nacionais que reduziriam o uso de GLP na linha de base.
5. Traduzir para o português a figura 03 do DCP.
6. Apresentar licença ambiental de operação válida. Foram apresentadas as Licenças de Operação LO 065/98 de 25/03/98 e LO nº 102 de 12 de março de 2002, ambas com prazo de validade expirada.
7. Apresentar documentação que demonstre que os equipamentos citados no DCP/PDD estão incluídos no processo de licenciamento.
8. Apresentar as condicionantes da Licença de Operação (LO FEAM nº 102) que não foram apresentadas. Favor reenviar uma cópia do recibo de entrega de documentos relacionados à renovação desta LO, pois o documento encaminhado à CIMGC está ilegível.
9. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

4 Demais projetos submetidos

O Dr. Newton informou que os projetos a seguir foram submetidos após a 33ª reunião devendo ser analisados durante a 35ª reunião.

- 140 – **Projeto Petrobras de energia eólica para bombeamento de petróleo em Macao no Brasil**
- 141 – **Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínea São Paulo**
- 142 – **Projeto Pão de Açúcar gerenciamento do uso da eletricidade do lado da demanda**
- 143 – **Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos**

Destacou que dois projetos foram submetidos logo após a 33ª reunião o que viabilizou sua análise pela Secretaria Executiva. Sendo assim, questiona os demais ministérios se haveria alguma objeção em prosseguir com a análise dos seguintes projetos durante a 34ª reunião da CIMGC.

- 140 – **Projeto Petrobras de energia eólica para bombeamento de petróleo em Macao no Brasil**
- 141 – **Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínea São Paulo**

Não havendo objeção a análise foi iniciada.

- 140 – **Projeto Petrobras de energia eólica para bombeamento de petróleo em Macau no Brasil**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto envolve a substituição de dois geradores elétricos a diesel e uma bomba mecânica de petróleo a diesel por três geradores eólicos de energia elétrica. O projeto utiliza a metodologia de pequena escala AMS - I.A Geração de Eletricidade pelo Usuário.

Destacou a necessidade da apresentação do Relatório de Validação com data correta e comprovantes que assegurem a legitimidade para as assinaturas nas declarações enviadas.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Petrobras de energia eólica para bombeamento de petróleo em Macau no Brasil, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Reapresentação o Relatório de Validação com data correta compatível com as datas dos documentos analisados, ou seja, posterior à data dos documentos analisados.
2. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 03 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, dos documentos que comprovem a legitimidade para as assinaturas nas declarações enviadas.
3. Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

- 141 – **Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínea São Paulo**

O Sr. Gustavo Mozzer informou que o projeto consiste na redução das emissões de óxido nitroso (N₂O), subproduto indesejável da produção de ácido nítrico na planta da Rhodia em Paulínia, estado de São Paulo.

Destacou que o projeto utiliza a metodologia AM0034: Redução catalítica de N₂O dentro do queimador de amônia de planta de ácido nítrico.

Uma série de questões foram levantadas, entre elas a versão da metodologia utilizada, a influência do cumprimento do TAC com a linha de base das emissões de N₂O, comprovantes que assegurem a legitimidade para as assinaturas nas declarações enviadas, entre outros.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

O Dr. Adriano destacou que não foi apresentada a Licença de Operação para a atividade de projeto

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínia São Paulo, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Substituir a metodologia AM0034 versão 1 pela versão 2, já que o projeto usa, conforme indicado no item B.1, a metodologia AM0028 versão 03, liberada na mesma data da versão 2 da AM0034, 02/11/2006, ou justificar porque somente uma metodologia foi atualizada e não as duas.
- ✓ Demonstrar eventuais barreiras à implantação da alternativa de cenário de linha de base denominada “Instalação de unidade de DeNO_x para Redução Catalítica Não Seletiva (NSCR)”, citada no DCP, Item B.4 Etapa 1a, referente a opções de controle das emissões de NO_x que podem ter reflexo sobre as emissões de N₂O e que poderia estar também relacionada com o Termo de Ajuste Ambiental assinado pela Rhodia para controle de suas emissões de NO_x. Essa alternativa não foi posteriormente eliminada nas análises da ferramenta de adicionalidade.
- ✓ Indicar se, no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se comprometia em manter a concentração de NO_x no gás de chaminé da planta abaixo de 200ppm, há ou não opções de tecnologias de abatimento de NO_x que diminuam também as emissões de N₂O. Do ponto de vista da minimização de impacto ambiental local, esse TAC é uma iniciativa relevante, contudo os reflexos sobre a adicionalidade do projeto devem ser indicados.
- ✓ Indicar a produção comercial atingida em 31 de dezembro de 2005.
- ✓ Indicar a relação entre a capacidade de produção atual de 55.900 t de ácido nítrico com a produção de 87.500 t/ano de ácido nítrico 60% (p/p), autorizada pela licença ambiental.

- ✓ Esclarecer a discrepância entre o valor estimado do fator de emissão de 5,94 kg N₂O/ t HNO₃, baseado em seis campanhas anteriores ou três anos de produção, e o fornecido pela ABIQUIM à Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima (MCT), de 1 kg N₂O/ t HNO₃, que foi então adotado para a Comunicação Nacional do Brasil.
2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - ✓ Referenciar corretamente a versão das metodologias utilizadas, de acordo com o DCP/PDD.
 - ✓ Referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.
 3. Apresentar a carta-convite a comentários enviada à Prefeitura de Paulínia.
 4. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 03 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, dos documentos que comprovem a legitimidade para as assinaturas nas declarações enviadas.
 5. Explicar a diferença de nome entre o participante do projeto Rhodia Energy Brasil Ltda e a Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda, em nome de quem está a Licença de Operação N° 37000262.

Lembramos que em 31 de julho de 2006 foi adotada a versão 3 do PDD pelo Conselho Executivo do MDL e que o mesmo não aceitará analisar projetos para registro que sejam submetidos em PDDs utilizando a versão 2, após 31 de janeiro de 2007.

4. Outros Assuntos

5.1 Resolução n° 04 da CIMGC

O Dr. Haroldo Machado Filho apresentou a minuta final da Resolução 04 lembrando aos membros da CIMGC que, conforme acordado durante a 33ª Reunião da CIMGC, o texto foi discutido durante uma reunião realizada no Ministério das Relações Exteriores e encaminhado via e-mail para conhecimento.

O Dr. Newton Paciornik perguntou se havia algum comentário adicional dos membros da Comissão. Todos os membros concordaram com o texto final da Resolução 04 que foi encaminhado para publicação.

5.2 Esclarecimento de regulamentação mais precisa sobre os prazos de submissão de documentos para deliberação em reuniões da Comissão

Dr. Newton Paciornik lembrou aos membros da CIMGC que já havia sido deliberado um prazo de ao menos 10 dias para análise da documentação submetida. Entretanto, ressaltou que tal decisão não foi regulamentada em uma resolução.

Informou que esta decisão deve ser regulamentada em uma resolução da CIMGC a fim de se tornar efetiva.

Os membros da CIMGC concordaram com o posicionamento.

A Secretaria Executiva se comprometeu a preparar uma minuta para ser considerada durante a 35ª reunião da CIMGC.

5.3 Solicitações da Procuradoria Geral da União e Controladoria Geral da União sobre o procedimento de aprovação de projetos de MDL na Comissão

Dr. Newton Paciornik convidou o Dr. Marcos Willian para pronunciar-se sobre esta questão.

O Dr. Marcos Willian informou que a Procuradoria Geral da União questionou a CIMGC quanto ao projeto Bandeirantes, no que se refere à licença precária de operação e à carta convite para as associações comunitárias.

Destacou que a Secretaria Executiva respondeu os pontos questionados e esclareceu as competências, atribuições e atividades realizadas pela CIMGC. Informou que o documento foi encaminhado à Procuradoria Geral da União.

Informou ainda que os questionamentos da Controladoria Geral da União diziam respeito aos projetos Manaus, Canabrava e Aura, especificamente quanto a problemas de licitação pública e concessão do direito de uso da terra e prestação de serviços.

Destacou que a Secretaria Executiva respondeu os pontos questionados e esclareceu as competências, atribuições e atividades realizadas pela CIMGC. Informou que o documento será encaminhado à Controladoria Geral da União.

5.4 Solicitação feita por proponentes de projeto de que sejam disponibilizados os pareceres que orientam as deliberações da CIMGC.

O Dr. Marcos Willian esclareceu que a empresa EcoSecurities encaminhou um pedido para disponibilização do parecer final da CIMGC sobre alguns projeto. Como tal documento não existe, uma vez que cada Ministério membro produz um parecer de caráter interno, cujo objetivo exclusivo é subsidiar sua posição na reunião, a Secretaria Executiva informou a empresa que as deliberações da CIMGC sobre cada projeto são lavradas em ata e transcritas para ofícios encaminhados aos proponentes das atividades de projetos do MDL.

Destacou que a Secretaria Executiva encaminhou à EcoSecurities cópias dos ofícios referentes às seguintes atividades de projeto:

- Quimvale
- Votorantim Cimentos Cubatão

- Clabim
- Aços Vilarés
- Solvay Indupa

O Dr. Marcos Willian observou que a CIMGC deveria definir qual seria a posição a ser adotada, caso nova solicitação fosse encaminhada.

A Dra. Laura Porto informou que o Ministério das Minas e Energia passou por uma situação semelhante no âmbito do PROINFA, e que a atitude adotada foi a de não disponibilização dos documentos internos, salvo sob ordem judicial. Sugeriu que a mesma postura seja adotada na CIMGC.

Os demais membros da CIMGC concordaram com o posicionamento.

5.5 Calendário de Reuniões em 2007.

O Dr. Newton Paciornik apresentou a proposta de calendário de reuniões da CIMGC para o ano de 2007, ressaltando que a Secretaria Executiva já estaria prevendo uma reunião extraordinária em 14 de março em virtude da decisão CMP.2 adotada durante a COP/MOP 2 que estende o prazo final para registro no Conselho Executivo do MDL até 31 de março de 2007 para os projetos com direito a créditos retroativos.

Os demais membros da CIMGC concordaram com o calendário proposto.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Newton Paciornik agradeceu a presença dos representantes dos ministérios e encerrou a reunião.